

Plano Safra: Rural propõe plano estratégico para o agronegócio

Presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva, discursou no lançamento do Plano Safra 2011/12. Articulado e liderado pela presidente Dilma, o plano estratégico tem como objetivo tornar o Brasil o maior produtor e exportador de alimentos, energia limpa e outros produtos originários do agronegócio.



O presidente da SRB em seu discurso, ao lado de ministra Helena Chagas, ministro Wagner Rossi, vice-presidente Michel Temer e a presidente Dilma Rousseff

Em seu discurso, durante o lançamento do Plano Safra 2011/12, em junho, em Ribeirão Preto (SP), o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, propôs à presidente da República, Dilma Rousseff, a elaboração de um plano estratégico para o agronegócio.

Segundo destacou o presidente da Rural, este plano, que seria articulado e liderado pela presidente, será capaz de tornar o Brasil o maior produtor e exportador de alimentos, energia limpa e outros produtos originários do agronegócio.

Este plano, assinalou Ramalho, envolveria o desenho de uma nova gestão, em que a presidente, atuando na coordenação de vários ministérios, integraria inúmeras áreas, que hoje encontram-se espalhadas por diversas pastas, mas que atingem diretamente o agronegócio.

“O agronegócio brasileiro é um vencedor.

Deu mais ao país do que o Estado foi capaz de assimilar e retribuir e a sociedade de compreender. Que o diga a safra que estamos colhendo, mais uma vez recorde, de 161 milhões de toneladas de grãos, resultado de muitos investimentos em tecnologia.

O agronegócio contribuiu decisivamente para o PIB, empregos e exportações. Nos últimos doze meses, exportamos 82 bilhões de dólares, aumento de 20%, que nos levou a um superávit de 67 bilhões de dólares.

Somos os maiores produtores e exportadores em diversos produtos. Na soja, nas carnes, no café, no açúcar, na laranja, por exemplo.

O agronegócio contribui para o alimento barato na mesa do cidadão brasileiro. Contribui para a inclusão social. Irradia oportunidades e renda para os outros segmentos da economia.

Hoje, produzimos mais em menos área, utilizando menos recursos naturais. Temos práticas conservacionistas.

De 2000 a 2009, a produtividade cresceu 5,39% ao ano.

A demanda por alimentos e energia limpa não para de crescer e o Brasil é o país que pode atendê-la. O mundo espera por isso. Mas isso não acontecerá sem a valorização do produtor.

O produtor é o personagem mais importante do agronegócio, mas vive espremido entre o poder financeiro de grandes grupos fornecedores de insumos, conglomerados agroindustriais e gigantes varejistas. O produtor precisa ter garantia de renda. Por isso, as novidades do Plano Safra são muito bem-vindas.

Estudamos atentamente o Plano, que traz avanços inéditos para o agronegócio, com reflexos muito favoráveis para toda a economia.

O aumento de recursos, a ampliação dos limites de crédito, as linhas especiais para pecuária, laranja e o setor sucroenergético são medidas fundamentais para dar suporte ao produtor.

Todavia, todo este esforço corre riscos. A concessão de crédito dependente do

licenciamento ambiental num momento em que a própria legislação está sendo debatida no congresso traz ameaças à execução do Plano Safra.

Este é só um exemplo de que dificuldades comprometem a execução de boas políticas públicas. Por isso, proponho a elaboração de um Plano Estratégico para o seu governo. Um plano sob articulação e liderança da presidente da República, coordenando os vários ministérios. Um plano que tornará o Brasil o maior produtor e exportador de alimentos, energia limpa e outros produtos originários do agronegócio.

Este plano envolveria o desenho de uma nova gestão, com providências razoáveis, bem estruturadas, amadurecidas e cuidadosas. Integraria diversas áreas espalhadas por vários ministérios que atingem diretamente o agronegócio. A infraestrutura, o seguro, as questões ambientais, trabalhistas e tributárias, a segurança jurídica, os investimentos estrangeiros, entre outros temas.

Para encerrar, ressalto que precisamos do novo Código Florestal. É insensato reflorestar áreas que produzem alimentos, cultivados de modo sustentado há muitos e muitos anos.

A sociedade tem expectativas sociais e ambientais, as quais o agronegócio corresponderá.

Tenha certeza que com este Plano Estratégico o agronegócio dobrará a produção, surpreenderá a todos. Colocará o agronegócio como o grande motor para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.”

Rural reforça aliança estratégica com FPA e lideranças do agro

POR RENATO PONZIO

O presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva, salientou a importância e a representatividade do encontro.

O presidente da FPA, dep. Moreira Mendes (PPS-RO) afirmou que a atuação das entidades foi fundamental para a vitória do Código Florestal na Câmara. Mendes orientou as lideranças presentes a procurarem os senadores e governadores dos respectivos estados tendo em vista a votação no senado.

Com objetivo de reforçar a aliança estratégica entre as lideranças rurais e o legislativo, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) recebeu, no mês de julho, os deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para um balanço das principais atividades exercidas pela Frente durante a atual legislatura.

Estiveram presentes os deputados Marcos Montes, Moreira Mendes, Valdir Colatto, Jerônimo Goergen, Zonta e Homero Pereira. Pelas entidades, compareceram representantes da Abiec, Aprosoja, CitrusBR, Abag, Unica, Abracal, Apa, Abiquim, Associtrus, Andav, Orplana, Abifina, Abrasem, Abrapa, Abcz, Fiesp, Fetaesp, entre outras.

O presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva, salientou a importância e a representatividade do encontro. “O Brasil teve uma grande vitória com a aprovação do Código na Câmara Federal e nossos deputados merecem essa homenagem e respeito, pois conseguiram convencer a sociedade brasileira da necessidade de modernização da legislação ambiental”.



Cesário Ramalho da Silva, presidente da Rural, dep. Moreira Mendes (PPS-RO) e Carlos Viacava

O presidente da FPA, dep. Moreira Mendes (PPS-RO) afirmou que a atuação das entidades foi fundamental para a vitória na Câmara. Mendes orientou as lideranças presentes a procurarem os senadores e governadores dos respectivos estados tendo em vista a votação no senado. Ele ainda afirmou que o processo de aprovação da nova lei trouxe três “efeitos colaterais” ao setor: maior organização e mobilização, melhoria da imagem perante a sociedade urbana e o reconhecimento por parte dos meios de comunicação da importância do agro para o Brasil.

O deputado Marcos Montes (DEM-MG), presente ao encontro reforçou o pedido de Moreira Mendes. “Precisamos de uma ação política no Senado como foi feito na Câmara”, avaliou.

Valdir Colatto (PMDB-SC) lembrou que o processo deve ser encerrado antes de novembro, quando vence o novo prazo dado pelo governo federal para que se comece a execução de multas por infrações ambientais. “Temos pressa em razão do prazo, por isso, estamos trabalhando em levar subsídios para os senadores. O texto tem que ser votado obrigatoriamente até setembro”, disse.

Citros: acordo pode aumentar transparência no setor, avalia Rural

Diretor de citricultura da Rural, Gastão Crocco, sublinha que a criação de estocagem é o primeiro passo para organizar o setor. Crocco argumenta que a partir de agora as empresas de suco terão que prestar contas ao governo, à sociedade e ao produtor

O diretor de citricultura da Sociedade Rural Brasileira, Gastão Crocco, afirmou que o recente acordo no setor citrícola pode aumentar a transparência nas relações entre a indústria e os produtores.

A medida inédita é que o governo vai destinar uma linha de crédito de R\$ 300



Gastão Crocco, diretor de citricultura da SRB

milhões para que as indústrias estoquem suco de laranja da safra 2011/2012. Para operar a linha, as indústrias terão de comprar a fruta pelo valor de referência

mínimo de R\$ 10 para a caixa de 40,8 kg.

Crocco avalia que a criação de estocagem é o primeiro passo para organizar o setor. “A partir de agora as empresas de suco terão que prestar contas ao governo, à sociedade e ao produtor.”

Segundo Crocco, este movimento pode se tornar a pedra fundamental para a criação do Consecitrus, que transformará e equilibrará o relacionamento entre indústrias e produtores.

Quanto ao preço pago pela caixa, o diretor de citricultura da Rural lembra que, no acordo, foram tomados cuidados necessários para que esse valor referencial seja o mínimo e não o máximo.

Sobre os entendimentos entre citricultores e indústria, o diretor da Rural lembra que muito dos recentes avanços na citricultura brasileira devem-se ao ministro Wagner Rossi e ao ex-secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, João de Almeida Sampaio Filho, que tem atuado com firmeza em tratativas ocorridas desde 2007.

Consumo mundial de café continuará crescendo

Elevação da renda nos países emergentes, que apresentam grandes populações, será a principal razão para o incremento da demanda, avalia o departamento de Cafeicultura da Sociedade Rural Brasileira

O consumo mundial de café continuará crescendo a uma taxa anual próxima a 3% nos próximos anos. A estimativa foi feita pelo departamento de Café da Sociedade Rural Brasileira, coordenado pelo diretor Luiz Hafers, em reunião realizada no final de maio (30). A elevação da renda nos países emergentes, que apresentam grandes populações, será a principal razão para o incremento da demanda.

Dos principais países produtores, o Brasil é o que terá mais condições para atender aos novos mercados. Por outro lado, apesar de o consumo interno seguir firme, o mercado doméstico mostra ligeiros sinais de “maturidade”.

Confira abaixo a análise completa do departamento de Café da Rural: **Consumo mundial de longo prazo**

O consenso foi que o consumo global de café continuará crescendo a uma taxa anual ao redor de 3%. O estímulo virá do “efeito renda” sentido principalmente nos países emergentes e com grandes populações, os quais possuem grande espaço para elevação da demanda diante da baixa base atual de consumo.

Isso significará uma demanda adicional de três milhões de sacas/ano, tendo como base o consumo atual de 130 milhões de sacas anuais. Como os estoques mundiais estão num nível mínimo, suficientes apenas para abastecer o fluxo normal, todo o crescimento da demanda deverá ser suprido por aumento de produção.

Possíveis desacelerações no incremento de consumo no Brasil, que hoje é responsável por cerca de 30% do aumento do consumo mundial, devem ser compensadas pela elevação da demanda nesses outros países.

Aumento de consumo no Brasil

O consumo no mercado interno deve seguir firme, porém existem dúvidas se isso se perdurará por muito tempo, já que o mercado brasileiro se encontra em níveis próximos do que pode ser considerado “mercado maduro”. Nesse sentido, não seria uma grande surpresa se houvesse um arrefecimento da taxa de crescimento do consumo.

Produção global

A concordância foi que grande parte do aumento da produção global de café que será necessária para fazer frente à demanda deverá vir do Brasil e, possivelmente, uma porção significativa desse incremento será originada na agricultura familiar. Podemos contar com uma oferta adicional de cinco milhões de sacas no resto do mundo nos próximos cinco anos. Portanto, no mínimo, dez milhões de sacas deverão ser ofertadas pelo Brasil neste período.

Preços

Com o grande aumento do custo de produção nos últimos anos, em consequência da valorização do real e do contínuo aumento dos salários da mão-de-obra no campo, é necessário um piso muito acima da média histórica de preço e próximo das altas cotações que vemos atualmente para induzir a expansão na produção de café no Brasil. Um exemplo para explicar este aumento de custo: um trabalhador na colheita de café, que há dez anos ganhava 60 dólares por mês, hoje ganha 800 dólares por mês.

Outra questão que preocupa: neste nível de preços, o consumo mundial se sustenta? Em função das grandes mudanças estruturais pelas quais passa o mercado mundial de café, te-



O cafeicultor Luiz Hafers, diretor da SNA e da SRB, coordenou o estudo sobre o consumo mundial do café

remos, mesmo aos níveis atuais de preço, a expansão atual do consumo mundial. O consumo nos países ricos passou a ser majoritariamente fora de casa, onde o custo da matéria-prima não é tão relevante no preço das bebidas à base de café.

Nos países emergentes, a crescente renda permite a adoção do café por um grande número de novos consumidores, que buscam copiar hábitos de consumo ocidentais. Teremos um período de preços próximos dos níveis atuais por dois a três anos em função do contínuo aumento do consumo, até que se materialize nova produção.

Comentários gerais

a) “Café baixo”: diante da maior homogeneidade dos cafés para a safra 2011/12, espera-se uma menor oferta de “cafés baixos”, o que deve dar suporte aos preços desses tipos de café.

b) Outros países produtores: além do Brasil, alguns países da Ásia podem contribuir para a elevação da produção, mas que merecem ser olhados com mais detalhes; entre eles destacam-se Myanmar, Camboja e Vietnã. A produção na América Central e Colômbia deve permanecer estável ou até cair. A África não deve apresentar crescimento.

c) O comprometimento da safra 2011/12 ainda é baixo apesar de as cooperativas “aparentemente” estarem acelerando as vendas.

Novo Código Florestal atende produção rural e meio ambiente

Brasil avança para uma legislação que vai proteger recursos naturais e atividade rural. Para o presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva, a polarização do debate nunca foi saudável e atrasou a votação do novo Código Florestal na Câmara



O presidente da SRB acredita que o equilíbrio é a chave entre a produção rural e o meio ambiente

A aprovação do projeto de lei de mudança do Código Florestal por ampla maioria na Câmara dos Deputados atende produção rural e proteção do meio ambiente. Este é o posicionamento da Sociedade Rural Brasileira.

A expectativa da Rural é que o convencimento visto no resultado da Câmara seja seguido pelo Senado e pela presidente Dilma Rousseff.

“A vitória esmagadora na Câmara torna muito difícil quaisquer alterações significativas no texto aprovado daqui para frente”, assinala o presidente da Rural, Cesário Ramalho da Silva.

“Ganhou a democracia, especialmente, pelo fato de se tratou de uma

votação apartidária, em que os deputados decidiram de maneira técnica, independentemente, de ser governo ou oposição.”

Para Ramalho, a polarização do debate nunca foi saudável e atrasou a definição. “O equilíbrio é a chave entre produção rural e meio ambiente. O diálogo, livre de ideologias, prevaleceu e quem ganhou foi o Brasil.”

Finalmente, ressalta o presidente da Rural, avançamos para uma legislação que vai proteger recursos naturais sem tolher a atividade rural. “Precisamos estimular nossa vocação de produzir alimentos e energia renovável em sintonia com os produtos naturais que temos.”

Segundo o presidente da Rural, a agropecuária – que contou com o apoio da população, legitimamente representada pelos parlamentares –, sai desta votação devedora da sociedade.

“Nosso compromisso de produzir de maneira responsável com pessoas e natureza só aumentou. A sociedade tem expectativas sociais e ambientais do agronegócio e é obrigação do setor responder.”

De acordo com Ramalho, ao contrário do que pensam e pregam algumas correntes do ambientalismo radical – que saíram derrotadas –, a sustentabilidade tem que considerar a dimensão econômica.